



**PARECER PRÉVIO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 13063/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Airão
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Lindinalva Ferreira Silva (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1629/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas da **Sra. Lindinalva Ferreira Silva** na Prefeitura de Novo Airão, exercício financeiro de 2016, na função de Agente Política, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96;

**10.2. Oficiar** à Câmara Municipal de Novo Airão, determinando o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, no prazo de 60 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial Eletrônico, do Parecer Prévio emitido por esta Corte de Contas.

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



**PARECER PRÉVIO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança  
Procurador, em Substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador, em Substituição



**ACÓRDÃO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 13063/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Airão
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Lindinalva Ferreira Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1629/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Airão. Exercício de 2016.

Revelia. Ofício. Irregularidade. Alcance. Multa. Comunicação. Determinação. Encaminhamento.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel a Sra. Lindinalva Ferreira Silva**, à época Prefeita de Novo Airão, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender às notificações pessoal e editalícia regularmente expedidas por esta Corte de Contas, com fulcro nos art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 88 da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Novo Airão, exercício de 2016, sob a responsabilidade da Sra. Lindinalva Ferreira Silva**, na condição de Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b” e “c” da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo cometimento das irregularidades de sua responsabilidade transcritas no corpo do Relatório/Voto;
- 10.3. **Considerar em Alcance a Sra. Lindinalva Ferreira Silva no valor de R\$ 12.400.741,40** (doze milhões, quatrocentos mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta centavos) que devem ser recolhidos na



**ACÓRDÃO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Novo Airão, nos moldes dos arts. 304 e 305 da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

**R\$ 9.980,57** - Divergências nas conciliações bancárias (Restrição 08 do Relatório Conclusivo da DICAMI)

**R\$ 11.180.445,87**- Não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos aplicados nas despesas correntes (exceto despesas com pessoal), investimentos e amortizações - **R\$ 11.180.445,87** (Restrição 21 do Relatório Conclusivo da DICAMI);

**R\$ 1.210.314,96** - Despesas realizadas conforme Quadro Comparativo (item 4.2 do Relatório Conclusivo da DICOP);

**10.4. Aplicar Multa a Sra. Lindinalva Ferreira Silva** no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), relativamente às restrições constantes no Relatório Conclusivo nº 42/2019-DICAMI e Relatório Conclusivo nº 51/2018-DICOP, listadas no corpo do Voto, não sanadas, nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução 04/2002-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.5. Comunicar** o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC que opera o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE:

**10.5.1.** Não atingimento da aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;

**10.5.2.** Não atingimento da aplicação mínima de 25% das receitas de impostos e de transferência na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**10.6. Comunicar** ao DATASUS/ Ministério da Saúde-MS que opera o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde –



**ACÓRDÃO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

SIOPS, o não atingimento da aplicação mínima de 15% das receitas de impostos e de transferências em ações e serviços públicos de Saúde;

**10.7. Comunicar** a Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre as pendências previdenciárias relativas ao exercício de 2016;

**10.8. Determinar** à origem que:

**10.8.1.** Implante mecanismos no sentido de cumprir os prazos de remessas dos informes periódicos via Portal E-Contas a este Tribunal, conforme estabelece o art. 3º da Resolução TCE nº 13/2015, assim como às Decisões Administrativas do Egrégio Tribunal Pleno desta Corte de Contas relativas a prazos de envios dos referidos informes periódicos;

**10.8.2.** Providencie a atualização do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Novo Airão de acordo com art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000 com redação a Lei Complementar n.º 131/09;

**10.8.3.** Observe e cumpra as normas aplicáveis na gestão pública a fim de evitar as mesmas irregularidades, seja na gestão atual ou nas futuras, tais como arts. 49 e 51 da Lei n 101/2000, art. 31, § 3º, da Constituição Federal e Lei 4.320/64;

**10.8.4.** Encaminhe todos os documentos exigidos pela Resolução TCE nº 27/2013 que trata das prestações de contas anuais;

**10.8.5.** Implante e mantenha em funcionamento o sistema de controle interno municipal, com base nas diretrizes da Resolução TCE nº 09/2016;

**10.8.6.** Regularize todas as pendências contidas neste relatório relativas à operação do Fundo Municipal de Saúde, a saber: falta ou atraso na apreciação da prestação de contas pelo Conselho Municipal de Saúde; ausência de evidenciação dos saldos financeiros do FMS no Balanço Financeiro; recursos da Saúde não aplicados via FMS, e não comprovação de realização de audiências públicas obrigatórias;

**10.8.7.** Mantenha todos os documentos nas dependências do órgão (Decisão nº 163/2007 - Administrativo - Tribunal Pleno);



**ACÓRDÃO Nº 20/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 20/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.8.8.** Cumpra a Lei Complementar nº 123/2006 no que se refere ao tratamento diferenciado para Micro e Pequenas Empresas nas contratações do órgão;

**10.9. Encaminhar** ao Ministério Público Federal e Estadual para, querendo, ingressar com as medidas que entenderem cabíveis em razão de possível ilícito penal;

**10.10 Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Evanildo Santana Bragança Procurador, em Substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador, em Substituição